

EDITORIAL

Boas vindas a todas e a todos!

O ano de 2017, conforme previsto, exigirá muita consciência, muita mobilização e muita organização dos professores e das professoras da UFABC.

Sabendo disto, a Diretoria da AD convida todos e todas para a primeira assembleia do ano.

Dia 21 de fevereiro, 14h
ASSEMBLEIA
Campus de Santo André - sala 205-0

Pauta sugerida pela AD:

- 1-informes do Congresso do Andes
- 2-proposta de mobilização dia 8 de março
- 3-proposta de mobilização dia 15 de março
- 4-proposta de Congresso dos professores e professoras

MULHERES

8 de março de 2017



O dia internacional das mulheres de 2017 está sendo acompanhado, nacional e internacionalmente, por uma grande mobilização. O ataque sistemático e crescente aos direitos das mulheres, a restrição da representação política das mulheres por governos conservadores como o de Temer, no Brasil, e de Trump, nos Estados Unidos, dentre outros processos estão gerando uma intensa mobilização daquelas e daqueles que não consideram admissível a perpetuação das desigualdades de gênero. Na

UFABC, evidentemente, não podia ser diferente e já está em curso uma intensa mobilização para a construção do dia 8 de março. A ADUFABC pretende, também, marcar sua atuação nesse dia, mas gostaria de decidir conjuntamente com todas as professoras e professores as atividades a serem realizadas pela entidade no 08 de março. Assim, convidamos todas e todos a discutir essa mobilização na nossa próxima assembleia docente, a se realizar no dia 21 de fevereiro, às 14hs, em Santo André, na sala 205-0.

MOBILIZAÇÃO

15 de março

Dia nacional de mobilização e paralisação

No congresso do Andes, assim como no congresso da CNTE, foi debatida a situação política nacional, a situação da educação e em particular o tema das reformas trabalhista e previdenciária. A CNTE decidiu realizar uma greve por tempo indeterminado. Assembleias serão realizadas no dia 8 de março, em todo o país. E a partir do dia 15 de março terá início a mobilização e paralisa-

ção. O congresso do Andes também aprovou resolução neste sentido. A diretoria da ADUFABC vai propor à assembleia do dia 21/2 que no dia 15 de março façamos um dia de atividades sobre os seguintes temas: reforma da previdência e trabalhista; política científica, tecnológica e de educação superior; e também o início da mobilização para o congresso docente da UFABC.



Apesar de reajuste em janeiro, desvalorização salarial continua *

Neste mês, percebemos um acréscimo de 5% em nossos salários, correspondente à segunda parte do reajuste definido pela Lei 13.325/16 e previsto para vigorar a partir de janeiro de 2017. Considerando o reajuste ocorrido em agosto do ano passado, e tendo como referência o mês de março de 2015, data do último reajuste salarial antes da Lei 13.325, o índice acumulado é de 10,77%. No mesmo período, a inflação acumulada foi de 15,23%. Em outras palavras, um reajuste 38,6% menor do que nos caberia caso nossos salários fossem corrigidos pelo IPCA.



O reajuste atual é o último da Lei 13.325 que ocorrerá de forma linear. Já o próximo, previsto para agosto deste ano, seguirá índices distintos para classes e níveis diferentes,

variando de um mínimo de 0,16% para Adjunto-A 1 a um máximo de 3,14% para Adjunto 4 (as tabelas detalhadas foram divulgadas em nosso INFO ADUFABC Nº2 de agosto de 2016, disponível para download no site www.adufabc.org.br). A defasagem salarial, consequentemente, também terá variações segundo a colocação funcional, mas será, indiscriminadamente, ainda mais aguda do que é hoje.

** Todos os índices mencionados nessa matéria dizem respeito a professores doutores em dedicação exclusiva.*

PREVIDÊNCIA

Reforma da previdência

A assessoria jurídica da ADUFABC compartilhou um estudo técnico sobre a proposta de reforma da previdência, feita a pedido do nosso Sindicato Nacional (ANDES). Para quem quer

entender mais profundamente o tema, para além das análises superficiais da mídia, recomendamos leitura do estudo, disponível na página eletrônica da AD: www.adufabc.org.br

FINANÇAS



Contribuições

Para obtenção de informações sobre contribuições à entidade contatar a diretoria financeira:

tesouraria.adufabc.ssind@gmail.com



ADUFABC

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN



Eu faço parte

Texto contra a PEC 55 aprovado na assembleia dos docentes de 13 de dezembro de 2016



Nós, professores da UFABC, reunidos em assembleia no dia 13 de dezembro de 2016, 48 anos depois do Ato Institucional nº 5 e dia da votação final do Projeto de Emenda Constitucional 55 no Senado, consideramos crucial demarcar o momento histórico e perverso que estamos vivendo.

O ano de 2016 concentrou uma sequência de eventos que alterou profundamente, e em pouco tempo, os direitos sociais, políticos e civis previstos pela Constituição de 1988. A partir da sua efetiva implementação, esperava-se a construção de uma sociedade mais justa, democrática e desenvolvida, que se encontra hoje cada vez mais distante.

O grande marco desse desmonte foi a deflagração de um processo de impeachment sem base legal, alimentado por uma crença de que a raiz dos problemas brasileiros estaria no Estado acusado de corrupto, ineficiente e de irresponsabilidade fiscal. Os partidários dessa crença esperavam que o impeachment recolocasse o país nos trilhos.

Essa miopia neoliberal, hoje, como nos anos 1990, coloca a restrição do papel do Estado como única alternativa, refletindo-se tanto no processo de golpe acima descrito quanto na imposição do atual Projeto de Emenda Constitucional 55.

Apresentada como a solução para a crise econômica brasileira, a PEC dos gastos, além de não possibilitar a retomada do crescimento econômico, representará um desmonte violento dos direitos sociais assegurados pela Constituição de 1988.

O diagnóstico de que o problema do Brasil está no Estado expressa-se em ao menos duas concepções contraditórias: de um lado, o pensamento econômico dominante ecoado nos grandes meios de comunicação demoniza o investimento público direto pois este implicaria uma queda de confiança do setor privado; de outro, uma percepção mais difusa e naturalizada pelo cidadão comum de que o Estado é ineficiente e insuficiente na provisão de direitos sociais, que alimentou as grandes manifestações que, em junho de 2013, tomaram as

ruas do país demandando justamente mais serviços públicos.

É nesta dupla concepção sobre qual deve ser o papel do Estado que se funda a contradição da PEC 55, cuja implementação tenderá a intensificar os conflitos sociais e aprofundar a crise econômica e política do país. É justamente por isso que a aprovação da PEC inaugura, na verdade, um período de luta pela sua derrubada.

Sobretudo porque esta e outras medidas radicais que estão sendo tomadas pelo congresso carecem de legitimidade social, dado o nível de corrupção generalizada que atinge a Câmara e o Senado brasileiro, agravada pelo caráter ilegítimo do atual governo federal e da parcialidade cada vez mais explícita do judiciário brasileiro.

A PEC 55 foi só o começo de um conjunto de reformas radicais que estão sendo promovidas no atual contexto e que têm como sentido geral alterar profundamente a organização do Estado e da Sociedade brasileira. A Reforma da Previdência e Trabalhista, atualmente em pauta, caminham na mesma direção, de destruição de direitos conquistados pelo povo brasileiro. É contra esse cenário que nos manifestamos hoje, na certeza de que os professores e pesquisadores do ensino superior brasileiro têm um papel importante a cumprir no retrocesso que está atingindo a sociedade brasileira.

São Bernardo do Campo

13 de dezembro de 2016

A ADUFABC no Congresso do ANDES-SN

Armando Caputi

Vice presidente da ADUFABC



Após uma ausência prolongada e apesar das dificuldades financeiras, a ADUFABC voltou a participar das atividades do sindicato nacional. Em função de questões burocráticas associadas às nossas dívidas junto ao ANDES-SN, tivemos reduzida nossa delegação de três para somente um delegado, o Prof. Armando Caputi. Na próxima Assembleia Geral, a ser convocada em breve, apresentaremos um relatório completo do 36º Congresso, de sua dinâmica, seus debates mais significativos e suas deliberações. Por ora, segue um breve relato pessoal de nosso delegado:

“O ANDES-SN está passando por um momento de revitalização política a partir de um debate intenso (e muitas vezes tenso) sobre a democracia interna e, principalmente, so-

bre sua atuação recente no cenário político nacional, com destaque para sua posição diante do golpe de 2016 quando, além de não se posicionar contra, ainda foi o primeiro sindicato a reconhecer o governo de Temer.

Em termos práticos, tal disputa política acabou se concentrando, durante o Congresso, em alguns pontos-chave como: reconhecimento do golpe de Estado de 2016; unidade na luta e construção de frentes com demais sindicatos e centrais sindicais contra os retrocessos sociais promovidos pelo governo golpista de Temer, principalmente as contrarreformas Trabalhista e da Previdência; construção da greve geral e adesão ao chamado da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação) para o dia 15/03.

Toda essa disputa gerou uma movimentação política interessante, com potencial para recolocar o ANDES-SN na linha de frente das lutas que estão por vir. Um potencial, entretanto, que ainda demandará grandes esforços para se traduzir em realidade, principalmente por parte de cada seção sindical. A bola agora está com a base.

Com relação à minha atuação como delegado da ADUFABC, ciente de representar uma base com pouco debate acumulado, optei por uma participação mais passiva, voltada ao conhecimento do debate em curso no seio do sindicato e ao contato com diversas frentes dentro desse debate, limitando-me a tomar posição e votar em questões que apontassem para o fortalecimento do caráter democrático do ANDES-SN e que apresentassem coerência política com as ações que a atual direção da ADUFABC vem desenvolvendo desde o início de nossa gestão, em meados do ano passado.”

Filie-se à
ADUFABC



adufabc.ssind@gmail.com



facebook.com/adufabc

www.adufabc.org.br